

Aprovada na 1017ª sessão

ALADI/CR/Ata 1015
7 de agosto de 2008
Horário: 10h às 12h30m

ATA DA 1015ª SESSÃO ORDINÁRIA
DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
 - Despedida do Representante Alterno do Paraguai, Ministro Marcelo Scappini Ricciardi.
 2. Assuntos em Pauta.
 3. Consideração das atas correspondentes às 1009ª, 1010ª e 1011ª sessões.
 4. Ações para serem desenvolvidas como resultado da Reunião de Vice-Ministros da ALADI.
 5. Assuntos diversos.
-

Preside:

JUAN CARLOS OLIMA

Assistem: Juan Carlos Olima, Guillermo Daniel Raimondi, Federico Villegas, Roxana Cecilia Sánchez e Mariana Plaza (Argentina); Marcelo Janko Álvarez (Bolívia); Regis Percy Arslanian, José Humberto de Brito Cruz, Regiane Mara Gonçalves de Melo e Eduardo Pereira e Ferreira (Brasil); Hernán Enrique Nuñez Montenegro e Camilo Navarro Ceardi (Chile); Claudia Turbay Quintero e Cielo González Villa (Colômbia); Mirna Martínez Ajuria (Cuba); Edmundo Vera Manzo, Vladimir Jarrín e Ivonne Flores Espinoza (Equador); Cassio Vitale Luiselli Fernández, Dora Rodríguez Romero e Ricardo Lozada Caballero (México); Emilio Lorenzo Giménez Franco, Ricardo Scavone, Octavio Ferreira Gini e Hernán Rafael Cáceres Vera (Paraguai); Jorge Antonio Rosado La Torre e Ricardo B. Romero Magni (Peru); Gonzalo Rodríguez Gigena, Linda Rabbaglietti e Luján Barceló (Uruguai); Franklin Ramón González, Luisa López Moreno e Cecilio Crespo (Venezuela); Arnaldo E. Chibbaro (IICA).

Secretário-Geral: B. Hugo Saguier-Caballero.

Subsecretários: Ricardo Hartstein e Oscar Quina Truffa.

PRESIDENTE. Damos início à Sessão Ordinária número 1015.

1. Aprovação da Ordem do Dia.

...O primeiro ponto é a aprovação da Ordem do Dia.

Não havendo observações, dá-se por aprovada.

- Despedida do Representante Alterno do Paraguai, Ministro Marcelo Scappini Ricciardi

...O primeiro ponto é a despedida do Representante Alterno do Paraguai, Ministro Marcelo Scappini. Mesmo que não corresponda, quero dedicar-lhe algumas palavras de despedida porque, durante o tempo que Marcelo esteve trabalhando conosco, soube conquistar o afeto e o respeito de todos durante um longo período; atuou como Alterno substituto titular, e o fez com muita eficiência. Sabemos que irá ocupar um importante cargo na Chancelaria do Paraguai, e desejamos sucesso para ele e prosperidade para ele e para sua família. Dito isso, ofereço a palavra à Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Marcelo Scappini Ricciardi). Senhor Presidente, dom Juan Carlos Olima; senhores Embaixadores; colegas; senhor Secretário-Geral Dom Hugo Saguier, prezados amigos, Subsecretários, Oscar, Ricardo. Antes de tudo, gostaria de agradecer ao Presidente suas breves palavras, que me emocionam.

Gostaria de parafrasear um colega que há pouco se despediu de nós, dizendo que toda mudança traz consigo a tristeza pelo que deixamos, ao mesmo tempo que traz a expectativa pelo que vem. Neste momento, essa é a sensação exata que tenho: deixar uma breve história de trabalho conjunto junto à emoção pelo cargo que me encomendaram ocupar.

Estes quatro anos na Secretaria, trabalhando em Montevideu, na ALADI e no MERCOSUL, foram uma experiência inesquecível, uma experiência formadora, uma experiência enriquecedora, e, assim, estou muito agradecido a minhas autoridades.

Este é um momento que habitualmente fazemos breves reflexões de tipo pessoal. Quero fazer referência, neste contexto, às funções dos Alternos. Penso que nós, os Alternos, temos um papel muito importante a cumprir na tarefa de apoio a nossos Chefes de Representação, na relação cotidiana com a Secretaria-Geral e um trabalho muito importante a cumprir na conexão, na busca de espaços com os demais colegas das demais Representações. Na medida em que os Alternos tenham a cabal idéia da relevância do nosso trabalho, de apoio, de conexão, de busca de espaços, creio que as tarefas relacionadas com a construção da integração terão um apoio importante. Temos a função de construir confiança entre nossas Representações, temos o trabalho, dizia, de vínculo importante com a Secretaria-Geral.

Lembro, muito brevemente, que os intensos trabalhos no âmbito dos Alternos nos últimos quatro anos deram seus frutos, e que os espaços de consenso alcançados na Reunião de Vice-Ministros de ontem tiveram algum apoio em nosso trabalho de Alternos.

Acredito firmemente que a Diplomacia se constrói sobre uma forte base de relações interpessoais. Se não somos capazes de gerar esses vínculos interpessoais, a Diplomacia tem um espaço de ação muito, mas muito, limitado. Entendo que fizemos isso nos meses que estivemos aqui trabalhando, tenho lembranças inapagáveis de minhas relações com meus colegas Alternos. Quero lembrar este momento a nosso amigo Vladimir, -gostaria que ele estivesse aqui, mas soube há pouco que ele está passando por uma circunstância complicada- e faço chegar, por meio do Embaixador, minha mais calorosa companhia e acompanhamento.

Novamente, obrigado, senhor Presidente, por suas palavras, senhor Secretário-Geral, desejo-lhe sucesso neste trabalho de construção do ELC. Creio que começou com sucesso o seu trabalho deste ano e aos Embaixadores desejo sucesso nisso. Aos colegas, um forte abraço.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Apesar de o tempo transcorrido, não termino de aprender o roteiro, e, na realidade, deveria haver oferecido a palavra ao Secretário-Geral. Corrijo esse erro, cedendo a palavra tardiamente, mas cedendo.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Estou, como dizem os advogados, compreendido segundo manda a lei.

Marcelo trabalhou comigo quando tive a incumbência de representar meu país no Comitê. Então, as considerações que eu farei estarão tingidas, obviamente, de certo conteúdo muito pessoal e interessado, porque tivemos muito boas relações. Se houvesse sido o contrário, quem sabe aproveitaria o momento também para dizê-lo.

Marcelo, estamos, como disse o Embaixador Olima, muito contentes com o cargo que você irá desempenhar na Chancelaria, é muito importante, sobretudo neste momento tão

relevante na história política do Paraguai, que inicia um novo Governo, ao qual todos temos que apoiar com todo conhecimento, capacidade, experiência que temos. Você irá bem, e a área na qual você irá trabalhar é uma das áreas chaves de nossa Chancelaria, então desejamos muito sucesso, e tenho certeza que muitos de nós gostaríamos que você continuasse aqui, mas a vida é mudança e você é um dos que estão, neste momento, transitando por essa mudança. Portanto, muito sucesso em suas funções, e esperamos vê-lo sempre por aqui.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário-Geral. Agora entregaremos a Marcelo a bandeja de prata de despedida, daquelas que Dorita tem cerca de quatorze. Marcelo, por favor.

-Entrega-se ao Representante Alterno do Paraguai a bandeja de praxe.

2. Assuntos em Pauta

...Bem, muito obrigado. Vamos ao ponto 2, que é Assuntos em pauta. Ofereço a palavra à Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Como é de praxe, os senhores têm em suas pastas a lista de todos os Assuntos em Pauta, no entanto quero destacar alguns pontos.

Acabamos de receber uma comunicação de Cuba, informando a contribuição de quarenta mil e seiscentos dólares, correspondente à quota do corrente ano.

Quero, ainda, destacar algumas comunicações que recebemos das Missões com respeito aos Alternos; o tema vinculado à ausência de Vladimir é para todos muito sentido. Pedimos ao Embaixador que transmita, em nome da Secretaria, os nossos desejos de melhoras. Estamos acompanhando a situação penosa pela qual está passando e expressamos nossos desejos de recuperação. Aqueles que rezam, oram por ele.

Depois gostaria de mencionar que, afortunadamente, temos novamente Dorita conosco, como Alternas do México. Ao dizer isso, expressei que eu, pessoalmente, sinto sua falta ao meu lado, mas a tenho em frente, e espero que nos mesmos termos de cooperação com os quais trabalhamos neste período.

E, por último, quero mencionar que, substituindo Marcelo Scappini, foi designado o Ministro Ricardo Scavone, com quem também tenho as mesmas vinculações que com Marcelo. Ele é um colaborador muito próximo, um amigo muito próximo meu. Ricardo trabalhou comigo no Ministério das Relações, foi meu Secretário-Geral quando fui Ministro de Integração, depois me acompanhou na missão em Santiago do Chile e compartilhamos muitíssimas jornadas juntos. Estou muito contente que hoje se integre formalmente à Representação paraguaia, na certeza de que é uma contribuição importante à Representação de meu país nesta Missão.

Esses são os temas, senhor Presidente, que estão na pasta.

“1. Representação Permanente do Equador. Nota No. 4-2-55/2008, de 30/07/2008.

Designação da senhora Ivonne Flores Espinoza como Representante Alternas.

2. Representação Permanente do México. Nota No. 47, de 01/08/2008.

Comunica que a Ministra Dora Rodríguez reassumirá funções como Representante Alternata do México a partir de 1o. de agosto de 2008.

3. Representação Permanente do Paraguai. Nota No. 67, de 01/08/2008.

Comunica que o Ministro Marcelo Scappini Ricciardi conclui suas funções na Representação a partir de 1/08/2008, e informa que as funções de Representante Alternato serão cumpridas pelo Ministro Ricardo Scavone Yegros.

4. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota No. 167, de 31/07/2008.

Comunica a assinatura, pelo Brasil e pelo Uruguai, do Sexagésimo Oitavo Adicional Protocolo ao Acordo de Complementação Econômica No. 2.

Publicado como documento ALADI/CR/di 2738.

5. Representação Permanente do Uruguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota No. 438/08, de 31/07/2008.

Comunica que foi incorporado ao ordenamento jurídico uruguaio o Sexagésimo Oitavo Adicional Protocolo ao Acordo de Complementação Econômica No. 2, e envia o decreto correspondente.

Publicado como documento ALADI/CR/di 2739.

6. Convites recebidos

Sistema Econômico Latino-Americano (SELA). Nota No. SP-08/727-127, de 29/07/2008. Convida o Secretário-Geral para participar da "Reunião Regional sobre os desafios da articulação e convergência e o tratamento das assimetrias na integração da América Latina e do Caribe" (Caracas, 17/09/2008).

7. Facilitação do Transporte nos países-membros da ALADI - Insumos para os trabalhos de Articulação e Convergência das Políticas e Normas de Transporte da Região (ALADI/SEC/Estudo 194).

8. Calendário de feiras e missões comerciais dos países da ALADI (ALADI/SEC/di 2144/Rev.1).

9. Relatório mensal sobre o comportamento da despesa orçamentária janeiro-junho 2008 (ALADI/SEC/di 2165).

10. Relatório da situação financeira da Associação em 30 de junho de 2008 (ALADI/SEC/di 2166).

11. Cumprimento do Programa de Atividades da Associação para o ano 2008 - Período janeiro-junho (ALADI/SEC/di 2169).

12. Relatório sobre a evolução dos Acordos Regionais e de Alcance Parcial – Primeiro semestre de 2008 (ALADI/SEC/di 2168).

13. Estado de situação dos projetos em favor dos países de menor desenvolvimento econômico relativo (ALADI/SEC/di 2170).

14. O financiamento do comércio no âmbito da ALADI – Projeto de Foro virtual (Doc. Inf. 897/Rev. 1).”

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tem a palavra a Representação de Cuba

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente, por olhar à esquerda. Somente para solicitar, Presidente, em nosso caráter de Coordenador do Grupo de Informação e Estatística, que tivemos nossa última reunião recentemente, e havíamos solicitado à Secretaria incorporar nos Assuntos em Pauta da ata de hoje o relatório dessa reunião, no entanto não o vemos incorporado. Gostaríamos de solicitar que fosse levado em consideração para a próxima Reunião do Comitê de Representantes.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Informam-me que está previsto para o próximo Comitê. Muito obrigado.

3. Consideração das atas correspondentes às 1009ª, 1010ª e 1011ª sessões

...O ponto três é a consideração das atas da 1009ª, 1010ª e 1011ª sessões. Estão à consideração. Não havendo observações, consideram-se aprovadas.

A Representação de Cuba tem a palavra.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. Para assinalar que na ata 1010ª, que está à consideração, na página oito, há um erro. Oxalá tivéssemos aqui nossa Embaixadora, mas ela não se encontra. Então eu solicitaria substituir o nome de Marielena pelo meu, pois fui eu quem estive presente na reunião. Não quero responsabilizá-la com as minhas palavras. Obrigada.

PRESIDENTE. Agradecemos a informação e valorizamos o gesto de valentia. A Secretaria já tomou nota disso. Obrigado.

De tal maneira, ficam, com essas correções, aprovadas as 1009ª, 1010ª e 1011ª atas das sessões.

4. Ações a serem desenvolvidas como resultado da Reunião de Vice-Ministros da ALADI

...O ponto quatro é Ações a serem desenvolvidas como resultado da Reunião de Vice-Ministros da ALADI.

Na pasta, encontram-se os projetos que foram tratados. Para organizar isto, para que fique registro em atas, foram aprovados os seguintes documentos: Regime Geral de Origem; Regime Regional de Salvaguardas; Diretrizes para a elaboração de um Regime Regional de Solução de Controvérsias; Plano de Ação em favor dos Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo; Lineamentos para o Desenvolvimento da Dimensão Social no Processo de Integração da ALADI; Insumos para a Conferência de Avaliação e Convergência; Diretrizes para o Fortalecimento da Integração Produtiva Regional e a Promoção do Comércio e uma maior Participação da Sociedade Civil.

Esses foram os documentos aprovados, e ficaram duas Resoluções pendentes de análise do Comitê de Representantes, que são: Diretrizes para a Conferência e Avaliação e Convergência e as Diretrizes vinculadas com o Espaço de Livre Comércio - Comércio de Serviços. Não sei se, sobre esse resumo, há alguma Representação que queira fazer algum comentário ou alguma reflexão. A Venezuela, por favor.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Creio que o senhor terá que ficar de acordo com os Subsecretários para ver como localizam as identificações respectivas. Queria simplesmente fazer uma reflexão como pergunta, para que possamos fazer as coisas corretamente.

Eu entendo que a Reunião de Vice-Ministros, onde estiveram vários Vice-Ministros e Representantes Oficiais de nossos Governos, discutiu todos estes projetos e todos foram consensuados. Mas como essa não é uma instância que está estabelecida na ALADI, teríamos que proceder da seguinte forma: ou discutimos para que isso seja uma instância da ALADI, coisa que levaria tempo, ou o que fazemos é que nesta sessão sejam aprovados todos esses projetos que foram considerados positivamente por nossos Governos na terça-feira. Digo isso do ponto de vista de procedimento e do ponto de vista normativo. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra o Representante da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Marcelo Janko Álvarez). Obrigado, Presidente. Nesta instância do Comitê, eu gostaria de notificar, em relação a sua expressão de que todas as Resoluções mencionadas estariam aprovadas, que a Representação da Bolívia na Reunião de Vice-Ministros fez constar em atas que esses documentos elaborados serão submetidos a consultas para que a Bolívia faça um pronunciamento oficial. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. O Brasil tem a palavra

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente. Se eu tivesse que recordar como eu imaginava a Reunião de Vice-Ministros há três, quatro dias, penso realmente que fizemos um grande avanço, tentando melhorar a integração, fazer com que a ALADI possa ser mais útil e mais produtiva em seus trabalhos - e vários dos Vice-Ministros disseram que era necessário que tentássemos fazer com que a ALADI pudesse ser mais útil e ter uma participação e uma voz mais forte no processo, no esforço de integração que todos nós fazemos em nossos países, por nossos países.

Então, penso que os Vice-Ministros e nós fizemos um trabalho muito importante. Eu não imaginava, sinceramente, que os Vice-Ministros pudessem trabalhar para tirar os colchetes dos quatro, cinco Projetos de Resolução que ainda tínhamos. Imaginava que eles pudessem pedir ao Comitê que trabalhasse mais, adicionalmente, para tirar os colchetes, eu pensava que isso já seria um resultado positivo.

Mas temos uma situação agora em que não temos colchetes nos cinco dos sete Projetos de Resolução que ainda tinham colchetes, ou seja, temos sete Projetos de Resolução que trabalhamos e submetemos à última Reunião do Conselho de Ministros e temos dois textos mais, Projetos de Resolução sobre a dimensão social. Essa é outra conquista que penso que fizemos. Havia sempre esta discussão aqui que a Reunião de Vice-Ministros devia ser aproveitada para a reflexão, para uma discussão sobre como tratar a questão da dimensão social, e eu acho que hoje temos um lineamento, temos uma diretiva, temos um rumo, essa palavra foi usada outro dia na Reunião dos Vice-Ministros, rumo, e há um texto que foi discutido aqui, consensuado sobre a Estrutura Institucional, sobre alguma mudança da Instituição da Secretaria para incorporar a questão da dimensão social.

O mesmo texto fala da possibilidade de convocar ou convidar os Ministros de Desenvolvimento Social no próximo ano para uma Reunião sobre a dimensão social, e também temos o texto apresentado, reapresentado pelo Equador também sobre dimensão social, e não sei o que aconteceu, mas este não creio que tenha sido consensuado.

Penso que foram consensuados os seis pontos que estavam dentro do texto. Mas acho que teríamos que revisar esse texto, inclusive porque no último parágrafo houve uma discussão, -que não terminou-, a respeito da questão do Conselho Extraordinário, que seria realizado antes da Conferência de Avaliação e Convergência, e, no texto apresentado pelo Equador, dá-se a sensação ou está posto que o Conselho de Ministros se reunirá extraordinariamente no transcorrer do primeiro trimestre de 2009. Isto também não foi consensuado entre os Vice-Ministros, não era sinceramente nossa idéia, não foi isso o que os Ministros nos pediram. Os Ministros nos pediram que tivéssemos a Reunião em quatro meses, em um período de quatro meses, eu imaginava que deveríamos pensar se é possível, e ainda mais agora, porque avançamos bastante na reunião de Vice-Ministros, sobretudo na questão dos colchetes. Pensar em, talvez, ter uma Reunião Extraordinária ainda este ano, não sei, outubro, novembro.

E também fala, o segundo parágrafo do texto do Equador, das propostas da Conferência de Avaliação, ou seja, o texto do Equador supõe que teríamos a Reunião da Conferência antes da Reunião do Conselho Extraordinário, e isso não era também nosso projeto, não era nossa intenção, então é uma questão somente de adaptar, de ajustar um pouco o texto apresentado pelo Equador.

Uma vez mais, da mesma maneira que disse meu Ministro aqui no último Conselho e como disse também meu Vice-Ministro, estamos totalmente de acordo com os seis pontos que contém o texto do Equador, totalmente a favor, teríamos simplesmente que ajustar isso.

A situação que vejo é que temos hoje, então, sete Projetos de Resolução sem colchetes, não? Temos um Projeto de Resolução consensuado, sobre dimensão social e um texto apresentado pelo Equador, cujo conteúdo está consensuado também sobre a base dos seis pontos, inclusive sobre muitos dos considerandos.

Penso que há uma coisa importante que devemos ter claro para que realmente possamos avançar e viabilizar a Reunião do Conselho Extraordinário.

Meu Vice-Ministro disse muito claramente aqui que não há sentido em tentar convocar a Reunião dos Ministros, Conselho Extraordinário, sem que tenhamos tudo aprovado. E o que temos hoje são sete Projetos sem colchetes, todos os sete estão sob a reserva da Bolívia, que ficou em nos dar - como disse a Representação agora - um parecer ou uma resposta a respeito de todos os textos, imagino, inclusive, o texto que foi discutido aqui de dimensão social, -imagino que este também está sob a reserva da Bolívia.

Teríamos que fechar esta questão, ou seja, a Bolívia teria que levantar sua reserva sobre todos os textos, sobretudo o que a se discutiu aqui, durante a Reunião de Vice-Ministros, como não pôde vir o Vice-Ministro, a própria Representante da Bolívia foi clara, e disse: "eu não tenho instruções para considerar nada aqui". Então, na verdade tudo o que se discutiu aqui, todos os textos que foram consensuados ou não, os colchetes, tudo, está sob reserva da Bolívia e temos outros dois projetos que continuam com a reserva da Venezuela sobre serviços e sobre as diretrizes.

Eu queria deixar uma coisa muito clara aqui, e é bom que tenhamos isso claro para que realmente possamos continuar trabalhando de uma maneira muito produtiva. Isso é o que eu mais acredito que deveríamos querer.

Os sete projetos de Resolução, que chegamos a submeter ao último Conselho, mais os dois textos que foram aqui discutidos pelos Vice-Ministros não foram aprovados

pelos Vice-Ministros, e meu Vice-Ministro foi muito claro em dizer que somente poderíamos aprovar todos os projetos como um pacote, e isso foi a última coisa que disse aqui na Reunião e não houve objeção ao que ele disse.

Ou seja, estou somente em condições de aprovar algum texto aqui no momento que tivermos todos os textos, os sete, mais os dois de dimensão social aprovados, esse é um pacote e temos que vê-lo assim, não é uma questão de aprovar uma parte, porque tudo foi feito sob um critério. Penso ser sagrado em qualquer negociação o equilíbrio, o equilíbrio de interesses, sabemos aqui que há interesses prioritários em algumas áreas, interesses prioritários em outras áreas.

Então, penso que, no momento que tivermos que ir para frente, temos que respeitar e observar os interesses prioritários de todos os grupos ou de todas as partes que estão aqui.

Então, a única maneira de viabilizar a convocatória de uma Reunião do Conselho Extraordinário seria que aprovássemos tudo como um pacote, não há como aprovar uma parte para deixar a outra parte para ver se aprovamos depois. Devemos aprovar tudo como um pacote, foi o que meu Vice-Ministro disse aqui, e eu tenho que cumprir isso de qualquer maneira, penso que é para o bem de nosso trabalho, e para o bem da viabilização da Reunião do Conselho Extraordinário.

Queria, uma vez mais, dizer que eu acredito que avançamos bastante e que, com pouco esforço, a partir de agora, podemos realmente ter todo o pacote aprovado e pensar em convocar a Reunião do Conselho de Ministros e ter uma Reunião de Ministros que seja bem sucedida. O que temos que evitar, de qualquer maneira, é que nossos Ministros venham de novo aqui e que exista a frustração que tivemos na última Reunião do Conselho.

Temos que evitar isso de qualquer maneira, porque aí, é pior para nós, é pior para a ALADI, é pior para a integração. Era somente isso que gostaria de dizer, obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Delegação do Brasil. A Secretaria-Geral solicitou a palavra para fazer alguns esclarecimentos.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Em primeiro lugar, o Embaixador da Venezuela tem razão, a Secretaria está um pouco desorganizada, peço-lhes que compreendam, é a primeira Sessão do Comitê na qual este triunvirato está trabalhando.

A respeito da Reunião de Vice-Ministros, os senhores bem sabem que essa reunião não está dentro da nossa estrutura, isso tivemos sempre presente. Então, em coordenação com o Presidente, o que a Secretaria fez transmitiu por nota, as Resoluções que foram consideradas na Sessão de terça, e elaboramos, ao passar ao Comitê, uma lista dessas Resoluções que foram matéria de consenso nesta Sala, para serem consideradas posteriormente pelo Comitê e elevadas, em seu momento, ao Conselho de Ministros.

Essa lista inclui as conhecidas, que tiveram retirados seus colchetes – não vou mencioná-las, os senhores conhecem muito melhor que eu - as que não tinham colchetes e a que a Representação do Equador voltou a trazer a esta Sala. Quero lembrá-los que quando o Equador levantou a questão, li o que a ata gravada da Sessão dizia, quando os Chanceleres aprovaram essa Resolução. Isso já foi aprovado pelos Chanceleres, e essa versão está à disposição dos senhores, para passá-lo à Conferência de Avaliação e Convergência.

Então, nesta lista que estamos passando ao Comitê, figura essa Resolução. Lastimosamente, novamente, a Secretaria cometeu um erro porque não corrigiu o último artigo que falava da reunião depois de três meses da Reunião Extraordinária, isso deve ser ajustado no Comitê e são os senhores que dirão como será ajustado. Lembro que na Reunião do Conselho de Ministros figura perfeitamente que isso foi aprovado, para passar à Conferência de Avaliação e Convergência, e pusemos nesta lista também duas Resoluções que estão pendentes de análise do Comitê de Representantes, e também consta que a Representação da Bolívia fez uma observação geral sobre todas as matérias tocadas. Esse é o esclarecimento que queria fazer, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Antes de ceder a palavra, eu farei um esclarecimento. Quando dizemos que esse projeto foi aprovado a no âmbito de Ministros, foi aprovado no sentido de que vai servir de insumo para a Reunião de Avaliação e Convergência, o mesmo que decidiram os Vice-Ministros. Parece que houve discussões sobre o tema, então, em vez de discutir sobre o tema, peço que a Secretaria traga as atas vinculadas com a Reunião de Ministros e com a Reunião de Vice-Ministros, e aí vemos o que foi decidido. Enquanto isso, não discutimos o tema. Vamos aos papéis, a realidade tem mais de vinte e uma frases por folha, diz um poema. Passo a palavra para a Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Muito obrigada, Presidente. O senhor me tirou a palavra e se adiantou ao meu pensamento, porque realmente penso que, para a Representação da Colômbia, para minha Representação, a Reunião de Vice-Ministros foi um esforço coletivo, importante, no qual todas as Representações tiveram uma presença interessada em avançar. E o resultado é que houve um avanço importante e uma indicação das tarefas para serem cumpridas, de temas para serem revisados.

Nas intervenções que me antecederam, vi que temos interpretações diferentes e talvez prioridades distintas que se resolvem mais claramente quando lermos as atas. Essas Resoluções precisam passar pela instância que verdadeiramente aprova uma por uma, que é esta, onde estamos, o Comitê de Representantes.

Também é importante acompanhá-las a partir da visão dos Vice-Ministros, porque, no caso da Colômbia, por exemplo, e de outras Representações, lembro que fizemos o contrário de passar o pacote completo, mas sim avançaríamos na medida em que fôssemos encontrando acordos, permitindo os ritmos dos diferentes países. Afinal, um dos princípios que nos rege é a flexibilidade, permitindo que possamos avançar em grupos de temas, inclusive em grupos de países.

Então, seria exatamente o contrário do que, por exemplo, expressa nosso amigo, o Embaixador do Brasil. Eu não entendi nunca que tenha que ser aprovada a totalidade do pacote, o que entendo - com toda a clareza - é que temos que avançar tanto quanto pudermos, absolvendo nossos temas na medida em que formos encontrando os acordos.

De maneira que convido a todos que leiamos com atenção as atas, convido a que nos ponhamos de acordo em assumir e aceitar, ou não, esses lineamentos, porque, para isso, convidamos os Vice-Ministros, para que nos dessem lineamentos - e nos deram - e para dar o equilíbrio às posições dos diferentes países. Essa seria minha observação. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação da Colômbia. O Equador tem a palavra.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Tenho três observações ou reflexões. A primeira é que creio que os resultados foram acima dos pré-julgamentos que

muitas pessoas tinham, ou do pessimismo que havia sobre a Reunião. Penso que a realidade foi muito mais rica que os temores, que as pequenas expectativas que tínhamos, e isto deve ser um estímulo para o futuro: não é porque anos tenham passado sem conseguir algo que é impossível consegui-lo em poucas horas. Isso ficou demonstrado nesse momento, frente a argumentos que se apóiam no passado, pois não é por não ter sido feito no passado que não possa ser feito em um instante. Essa é minha primeira observação: a realidade deve educar algumas pessoas.

O segundo ponto é sobre a reflexão do Brasil. O que o Representante do Brasil apresentou no evento, ele demorou muito em dizer, já parecia que havia terminado o evento e na última hora -depois de pensar muito- tirou a idéia de que tudo era um pacote e o Embaixador diz que ninguém objetou. Penso ser soberana a decisão do Brasil, e ninguém pode dizer nada do que o Brasil pensa, e isso foi expresso pelo Brasil e está na Ata, mas esse é um mecanismo apresentado pelo Brasil, e, neste caso, coincido totalmente com as palavras expressas pela Representante da Colômbia, em nenhum momento no texto, podemos revisá-lo, ninguém disse, nem no começo nem no final, que a cada tópico apresentado se fosse avançando. O fato de estar condicionado à aprovação de tudo foi dito pelo Representante do Brasil no final, e depois de pensar muito, porque o evento parecia que tinha terminado, e se nós analisássemos os tempos me dariam razão, o Representante do Brasil demorou bastantes segundos, quase foi uma luta interior que ele teve.

Já tinha terminado a Reunião e expressou isso, e penso que ninguém poderia dizer-lhe que estava em desacordo, pois é uma decisão soberana, assim como é a da Bolívia de dizer que não chegou seu Representante, e quem vinha não estava autorizada a aprovar, Então não é que a Bolívia tenha se oposto, mas sim foi uma opinião de quem não pôde vir, e não pôde ter os elementos de juízo para opinar.

Ou seja, neste caso, aplicando os princípios, que foram bastante ditos, dos ritmos, da flexibilidade, dos diferentes tempos que os países têm para fazer acordos, penso que esse espírito deve primar, porque seria lamentável que fossem tratados nove pontos, vamos dizer dezenove pontos, e porque em dezoito se acordasse e em um ponto um país estivesse contra quer dizer que todo o esforço de dezoito não avançaria. Penso não ser esse o procedimento.

Nos pontos onde todos acordam, bem, estão todos. Nos que não se avança, onde um país não choca sua forma de pensar a sua política interna, não está em capacidade de aceitar, isso tem que ser respeitado, e esse país não assume o compromisso que a maioria assume.

Então, nesse caso, penso que não podemos, não estamos de acordo com essa concepção do pacote, porque resulta como uma chantagem, resulta como uma imposição, como forçar ou pôr um país contra a parede, qualquer que este seja.

Se a Bolívia, a Venezuela ou o Equador, a política interna decidisse em algum ponto, não obrigaria nenhum outro país, porque, em última instância, temos o mecanismo de votação e esse problema seria resolvido. Um país não pode, não deve, bloquear o resto em nenhum de seus temas, então assumo totalmente as palavras expressas pela Colômbia. O que fiz foi expressá-lo e ampliá-lo com outras palavras. Obrigado.

PRESIDENTE. Delegação do Brasil, perdão, como é a questão então?

SUBSECRETÁRIO (Oscar Quina Truffa). Perdão, eu estou procurando levar a lista da ordem das solicitações de palavra, e os países decidem se cedem a palavra, mas minha lista é Brasil, México, Venezuela. Obrigado.

Representação do MÉXICO (Cassio Vitale Luiselli). Pois é México, Brasil e Venezuela, porque não é que decidamos, é que estava levantado assim. Temos que fazer as coisas como estão postas.

Eu quero fazer uma reflexão e pedir à Dora que faça uma precisão a respeito da Resolução 62 (XIV). Primeiro, ter a sobriedade de aceitar que foi uma boa Reunião, porque não foi uma Reunião maximalista, onde ninguém impôs um tudo ou nada, onde todos tentamos avançar com boa fé e da melhor maneira possível. Obviamente, minha Representação, e isso se refletiu nas discussões, teve uma atitude de fraternidade, de buscar avançar, não impedindo que se tirassem colchetes e que avançássemos todos de boa maneira, então penso que isso é certo que temos que consignar, há avanços importantes, que praticamente nos colocam em uma melhor plataforma, para daí lançar-nos a trabalhar com mais convergência, com mais solidariedade e com mais estímulo.

Então, penso que estou de acordo com meus colegas, que a Reunião marcou avanços importantes, penso que temos que cuidar as palavras, como se fazem as frases, a voz de um Vice-Ministro é a voz de um Vice-Ministro, muito importante, muito respeitada, mas é a voz de um de doze. Espero que estejam me escutando meus colegas do Brasil, pois não podem impor que haja um pacote ou não pacote, temos que discutir todos aqui, então deve-ser cuidar um pouco as palavras, justamente no bom ânimo que mostramos na Reunião anterior.

Antes de passar a palavra à Dora, quero dizer que estou de acordo com a Colômbia e com o Equador em como apresentaram as coisas, e me solidarizo com eles. Muito obrigado, Presidente, e devemos levar em conta que a Mesa tem dois lados. Obrigado.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Obrigada, Embaixador. Talvez o consideremos mais adiante, porque agora estão em uma discussão sobre pacote ou não pacote, então talvez deixemos o nosso comentário para depois, mas tem relação com a informação ou o comentário da Secretaria-Geral sobre as Resoluções do Conselho de Ministros, sobre o primeiro projeto.

Talvez tenhamos entendido mal, mas aparentemente, segundo o que disse a Secretaria, esse primeiro projeto sobre Diretivas para a Conferência foi aprovado pelo Conselho de Ministros, nosso entendimento não é esse, porque se não teria surgido uma Resolução sobre essa matéria do próprio Conselho, mas reitero que isso talvez seja uma matéria para falar depois do pacote. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Perdão, sobre este tema, para que não haja mais intervenções sobre o assunto: havíamos combinado, há três minutos, que esperaríamos que viessem as atas. Lemos as atas, e o que dizem as atas é o que dizem as atas.

Este tema não está em discussão, ponto primeiro.

Ponto segundo, peço desculpas à Representação do México, estão fazendo uma lista para mim, eu me guio por esta lista, e acabo de fazer uma censura, porque não é possível que, havendo cinco pessoas da Secretaria, não façamos uma lista adequadamente. Mas isso é fruto da desordem inicial, quando há toda uma equipe nova acontece este tipo de coisa. Desculpo-me com todos, e continuamos normalmente a Sessão.

A Venezuela solicitou a palavra.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Aproveitando esta circunstância da ordem na Secretaria, tenho que dizer, no bom sentido, para que a equipe nova que se instalou no âmbito de Subsecretários, junto com o Secretário, que tem pouco tempo, para que possamos trabalhar restritamente ao que está estabelecido nas prerrogativas e nas disposições designadas à Secretaria, quero manifestar ao Subsecretário a desconformidade de nossa Representação com uma intervenção feita pelo Subsecretário Quina no dia da Reunião, quando não somente fez referência aos projetos que iam ser considerados, mas também teve, ao final, a ousadia, - eu penso que a gente tem que pensar, refletir e dizer suas coisas-, mas o Subsecretário ou a Secretaria não está aí para dar opiniões pessoais, porque essas são opiniões que correspondem às Representações. Quando o senhor está do lado de lá, de Subsecretário, o senhor deve abarcar o espírito deste Comitê e de todas as Representações. Concretamente, refiro-me à opinião expressa por Quina sobre a dimensão social nesse dia. Digo que, desde o ponto de vista pessoal eu não estava de acordo com isso, e quero deixar claramente estabelecido isso, e que conste em atas o que estou dizendo, essa não é uma tarefa da Secretaria-Geral.

Sobre a discussão, estou de acordo com o Presidente. Penso que temos que esperar as atas e aí vamos ver o que foi, definitivamente, dito, mas eu quero dizer algumas coisas, pois se abriu a discussão.

Em primeiro lugar, penso que o esforço feito foi um esforço imenso, e também acrescentaria que foi produtivo. Penso que valeu à pena essa Reunião, penso que valeu à pena que pudéssemos fazer essa discussão. O espírito pessimista que existiu ao princípio ou, no melhor dos casos, o ceticismo que ao princípio esteve rondando a Reunião, afinal foi descartado e pudemos avançar durante essa jornada. Penso que temos que resgatar isso como uma atividade importante da ALADI.

Por sua vez, quero manifestar e reiterar algo que viemos dizendo. Inclusive houve alguma das Representações que apresentaram para que constasse em atas, como eu também disse que constasse em atas o esforço feito pela Venezuela, e quero reiterar hoje o seguinte.

Nós temos uma concepção aqui que prega, mais ou menos, o seguinte: ou é tudo, ou é nada. Essa é uma posição, e eu respeito. Mas há outra posição, que se não for tudo, vamos conseguir o que pudermos conseguir. A Venezuela vem insistindo no seguinte: nós não viemos aqui para dizer que se não for tudo o que nós dizemos, não será aprovado. Somos da idéia de que aprovamos tudo o que nós pudermos aprovar, e deixamos aos outros que aprovem as coisas que querem aprovar, e não nos opoemos a isso.

Por isso existe o artigo três do Tratado, que fala dos princípios da flexibilidade, dos ritmos, etc. e por isso existem os Acordos de Alcance Regional e Acordos de Alcance Parcial. Quero reiterar isso, se continuamos com reservas sobre determinados pontos, e o resto dos países quer avançar, bem-vinda seja essa situação.

Essa é uma posição nossa que está em consonância com o Tratado de Montevideú, agora se a posição é tudo ou nada, a situação é diferente aí. O que é o pacote? Que não pode haver uma só Resolução desse pacote que não seja aprovada? Se houver uma que não seja aprovada, mas houver nove que aprovamos, então não avançamos? E eu diria, e tomo a palavra do Presidente na etapa inicial da sessão anterior, que dizia: "bem, o que vamos fazer com a ALADI?", a fechamos e afortunadamente começamos a discussão. Bem

se isto é o tudo ou o nada, digo o seguinte, quando o Conselho de Ministros vai se reunir? Haverá Conselho de Ministros? E se não houver Conselho de Ministros, que sentido tem a ALADI? O que nós vamos fazer aqui? Não havendo mandado, o que vamos desenvolver?

Digo isso como uma reflexão, com todo o respeito à posição do Brasil sobre isto. Eu não faço juízos de valor sobre a posição dos países, respeito a posição do Brasil, mas por sua vez exijo respeito pela posição da Venezuela, como também pela posição dos outros. Nós estamos fazendo esforço para avançar com o pacote.

Além disso, não gostamos desse termo “pacote”, porque tem conotações muito ruins na Venezuela, mas bem, não importa. Nós estamos dispostos, primeiro, a que haja pacote, e se não houver, estamos dispostos a avançar em tudo o que pudermos avançar, permitindo que os outros avancem naquilo em que nós não pudermos avançar. Então, quero, nesse sentido, ser muito claro, muito enfático, e creio que esse é o espírito majoritário.

Finalmente, vamos esperar as atas, porque as mesmas falam com clareza. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigada pela intervenção, Venezuela. O Subsecretário solicitou uma brevíssima intervenção de dezessete segundos, antes de dar a palavra.

SUBSECRETÁRIO (Oscar Quina Truffa). Obrigado, Presidente. Já que me senti tão diretamente aludido, vi a necessidade de pedir este pequeno tempo.

Em primeiro lugar, quero pedir desculpas se ofendi alguém com uma consideração que é absolutamente pessoal; e segundo, se isso foi mal interpretado, retiro-o a partir deste mesmo instante. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. A Delegação de Cuba, seguida por Peru, Brasil, Equador, Chile, Paraguai e Argentina.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. Nós queremos dar nossa apreciação, já que está sendo produzida uma rodada de critérios que é muito benéfica para os trabalhos que restaram neste período.

Nós também coincidimos que a Reunião de Vice-Ministros superou nossas próprias expectativas. Consideramos que foi uma Reunião que teve, finalmente, os resultados que os países decidiram, e tomou o rumo que os países decidiram, de acordo com a preparação que os próprios países trouxeram para conduzir essa Reunião.

Gostaríamos de refletir que se a idéia de todos nossos países referendada nessa Reunião foi precisamente fazer um esforço por destravar o rumo de trabalhos da ALADI e tentar fazer a ALADI avançar -coisa que, para nós, é sumamente importante, porque também justifica nossa própria estância aqui - isto é contraditório com a rigidez que é apresentada ao grupo de projetos ou de linhas de trabalho apresentadas para a Associação.

Nesse sentido, estaríamos dispostos a discutir com todos os países, talvez não nesta sessão, talvez em uma nova sessão, a concepção de como avançar. Para nós, os princípios da Associação não são discutíveis, foram aplicados em todo momento na Associação, houve países que na própria discussão destes temas pediram a flexibilidade para que outros países deixem avançar os que assim quiserem. Ou seja, esses princípios estiveram muito presentes, e é um dos grandes benefícios desta Associação.

Nesse sentido, pois, é-nos apresentada a possibilidade de fazer a Associação avançar no que todos estivermos de acordo e no que todos pudermos. Nós estamos em disposição de discuti-lo, mas não penso que uma votação resista. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação de Cuba. A Representação do Peru.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Obrigado, senhor Presidente. A Representação do Peru coincide em que este é um rico debate porque permite esclarecer uma série de pontos.

À margem da espera e esclarecimento da Secretaria-Geral em atas, o Peru, como feito por outras Representações, como Colômbia, Venezuela, Equador e México, deseja somar-se a essa posição de geometria variável que existe neste ponto, expressa pela Venezuela na Reunião de Vice-Ministros, e o Peru manifestou que ficasse expressa constância em atas, o que não implicava não reconhecer o trabalho, a valiosa contribuição que vem sendo feita nestes temas pela Venezuela.

Senhor Presidente, eu também quero propor à Presidência a necessidade de definir a seqüência de reuniões. A Representação do Peru ainda não tem claro esse tema, se primeiro será realizada a Conferência de Avaliação e Convergência e depois a Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros, ou se será o contrário.

Particularmente, a Representação do Peru opina que a Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros deveria ser a última reunião que seja levada a cabo. Se essa for prévia à Conferência de Avaliação e Convergência, não sei o que discutiríamos exatamente na Reunião de Ministros, penso que o Conselho de Ministros deve fechar todo este processo. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Peru. A Delegação do Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente. Somente três pontos.

O primeiro ponto: penso que nossa tarefa aqui não é negociar Acordos de alcance parcial. Não estamos aqui para construir uma integração sobre a base de Acordos de alcance parcial. Não passa na minha cabeça que amanhã possamos usar alguns desses projetos que temos aqui diante de nós e classificá-los como Acordos de alcance parcial. Se fosse para negociar um Acordo de alcance parcial, não precisaríamos estar aqui, trabalhando em conjunto, e não penso que seja produtivo, nem construtivo, nem positivo que se fale desta hipótese de fazer um Acordo de alcance parcial se estamos falando de integração.

Como podemos imaginar integração com a ausência de um, dois ou três países sobre um tema ou o outro? Estamos aqui para trabalhar em conjunto, é um objetivo nosso de integração, é um projeto comum, então, penso que essa hipótese não deveria passar por nossas cabeças, realmente não é a idéia de fazer Acordos de alcance parcial aqui, ou todos estamos de acordo com um tema, todos estamos de acordo com o rumo para a integração ou não estamos.

Quero dizer ao Embaixador Franklin que também não gosto da palavra pacote, realmente não gosto, mas quando falei pacote, Embaixador Franklin, falava de equilíbrio. O equilíbrio é a coisa mais sagrada que todos temos a obrigação de manter aqui. Se

quisermos fazer uma integração que realmente atenda a todos os nossos interesses, temos que manter o equilíbrio.

Há diferenças de posições aqui, há diferenças de visões sobre como chegar à integração, já o discutimos e os Ministros o discutiram...

Tínhamos um pilar econômico-comercial para a ALADI e decidimos criar um pilar social. Temos que manter um equilíbrio entre os dois, não podemos chegar a um ponto em que tenhamos trabalhado durante quatro anos sobre um pilar econômico-comercial, e depois por uma decisão de um dia - uma Reunião de Vice-Ministros e algumas considerações entre nós - que em um ou dois dias, ou dois meses, construamos o pilar social sem terminar o pilar econômico-comercial. Penso que temos que concluir os dois juntos.

O problema não é a questão do pacote, é a questão do equilíbrio entre as diferentes visões que existem aqui - basicamente duas grandes visões entre muitas das Representações sobre como chegar a esta integração, chegamos à conclusão que teríamos os pilares, temos que manter o equilíbrio entre esses dois pilares. Estivemos trabalhando quatro anos – disse sempre a Argentina- para a consecução desses sete projetos de Resolução. Agora temos os sete, estão todos sob reserva, um dos projetos, que é talvez o principal do pilar econômico-social está sob reserva da Venezuela, e a proposta é que aproveamos o que está em dimensão social, e o que temos em matéria de Regras de Origem, Solução de Controvérsias, para que serve ter regras de Origem, Solução de Controvérsias se não temos nenhum projeto sobre acesso a mercados? Isso já foi discutido várias vezes aqui.

Minha proposta é a seguinte: temos problemas, temos ainda a reserva geral da Bolívia sobre todos os projetos, temos a reserva da Venezuela sobre dois projetos de Resolução do pilar econômico-social; discutimos os Vice-Ministros, consideraram e estão consensuados muitos dos pontos da dimensão social, por que não tentamos resolver os problemas primeiro antes de aprovar o que supostamente temos consensuado? Por que não tentamos terminar com as reservas e avançar em tudo?

O que não podemos, e isso penso ser muito importante, é chegar a um resultado que seja desequilibrado, que privilegie um pilar mais do que outro, que mude a estrutura institucional de ALADI.

Quando falei de pacote, também não gosto desse termo, mas penso que temos que preservar o equilíbrio da negociação, o equilíbrio do avanço negociador, e foi por isso que meu Vice-Ministro disse que vamos aprovar tudo, e não serve para nada estar aprovando em partes, vamos aprovar tudo e tudo estará aprovado, quando todos os projetos estiverem consensuados e concordados. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Brasil. Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Foram abertos mais dois temas, o considerado pelo Peru, e esta última reflexão sobre o equilíbrio, que temos que ver como o equilíbrio é considerado, e vou opinar de outro ângulo diferente do Brasil.

Primeiro, antes destes dois últimos temas, eu ia propor à Presidência e a cada um dos que estão aqui que este tema seja suspenso para outra data porque não aparecia a ata e, sinceramente, eu pensava que se referia à ata da última Reunião, onde há algumas questões que estamos em dúvidas.

Penso que sem essa ata não tem sentido tocar neste tema, e não é suficiente que nos entreguem a ata neste momento; por isso pediria a todos que deixássemos este tema para quando, previamente, com 48 horas, tenham nos entregado a outra ata. Eu esperava a ata recente, e parecia-me uma questão extraordinária a Secretaria, de uma forma extraordinária, trabalhar 24 horas com vários turnos para tirar a última ata, surpreendeu-me muitíssimo esta convocatória pela celeridade que foi convocada, 48 horas. Penso que não podemos discutir sem haver lido as duas atas, não estamos preparados para este tema, não estão os elementos de juízo porque o importante é que cada um possa dizer, “parece-me que isso foi ou não dito”, ou usar como argumento as próprias atas.

Essa é a proposta inicial que eu tinha, mas quero expressar mais duas opiniões, graças à intervenção do Peru. Há algum tempo, pelo menos, a posição do Equador foi, como apresentada pelo Peru, a Conferência de Avaliação e Convergência é uma reunião que dá instrumentos, que dá argumentos, que provoca mais consensos ou dos consensos já conseguidos e que a Reunião de Ministros feche com chave de ouro.

Parecia-me muito bem o exposto por alguns Representantes na Reunião anterior, que não tinha sentido uma Reunião de Ministros se não se avançava, felizmente avançou-se. Mas o fato de que não seja possível conseguir outros avanços, e creio que nem a Venezuela nem ninguém se opõem a que esses temas sejam discutidos, -eu pensava que esses temas iam ser discutidos agora-, mas também não obriga que haja acordos, e quero dizer ao amigo Embaixador do Brasil que as reuniões que temos, é verdade, não são para que haja acordo parcial, seria meio absurdo, mas os acordos parciais são para quando não há um consenso geral, então estamos discutindo pela resolução geral, mas os parciais ficam para quando não há acordo, porque senão fica tudo congelado.

Minha última opinião é sobre o tema do equilíbrio. Quero dizer que há duas formas de ver o equilíbrio, uma, que agora está mais claro para mim, o exposto pelo Brasil. Para o Brasil, equilíbrio, se não me equivoco, é que haja dois pilares, sem favorecer a nenhum dos dois. Essa é uma noção de equilíbrio que é válida, mas para mim não é suficiente.

Há dois conceitos mais de equilíbrio, e é quando se analisa qualquer tema, o que for, em uma negociação sempre há diversas posições, sem levar em consideração o resto dos temas. Tem que haver um equilíbrio nesse tema, não comparando o comercial com o social, que essa é uma noção válida de equilíbrio, mas sim de como fazer concessões na condução de um tema. Essa é outra concepção de equilíbrio, que é a forma como se aprovaram os documentos da Reunião e como a maioria das vezes são produzidos os acordos.

Mas vamos a um terceiro nível de equilíbrio que a ALADI ainda não leva em consideração, embora a Representação do Paraguai tenha tocado no tema. Eu quis intervir nesse momento, mas o Representante do Equador, como não havia lhe expressado o que ia dizer, não se atreveu ou não me autorizou a falar. Eu iria refletir sobre o exposto, penso que pelo Paraguai, porque a ALADI ainda não chegou ao nível de consciência dos países, e é que em acesso ao mercado e em cada um dos temas que nós discutimos, deve ser visto, aí em cada tema de um ponto de vista transversal, como impacta no social, essa é a parte que nos falta ver: como cada instrumento ou cada tema que seja aprovado, levar em consideração aí nesse tema, o equilíbrio, em que medida esse instrumento comercial pode prejudicar ou afetar a pobreza ou para que se produza um maior desenvolvimento. (sic)

Esse é um componente que a Representação do Equador vai impulsionar, e não que se diga que os instrumentos aprovados na ALADI são instrumentos técnicos, e o social, como disse algum Representante na Reunião, é um pilar, mas muito distante, está lá,

independente, divorciado, o social do comercial. Penso que essa é uma velha concepção positivista que temos que superar, e é que em cada tema temos que averiguar em que medida impacta a natureza, a sociedade. Não somente ver o pilar econômico, sem levar em consideração a natureza e a sociedade. Esse é um terceiro enfoque sobre o equilíbrio. O equilíbrio dos componentes que existem no planeta, e não vê-los isolados e fazendo uma concessão de “toma lá e dá cá”.

Reitero que suspendamos este tema para virmos preparados com as atas bem lidas e falar com elementos de juízo, que não temos neste instante. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do Chile e depois o Paraguai.

Representação do CHILE (Camilo Navarro Ceardi). Obrigado, Presidente.

Primeiro, várias Representações já disseram, penso que talvez aqui mesmo, o próprio Comitê, não havíamos desejado ter a ousadia ou não havíamos nos atrevido a ter essa ousadia que os Vice-Chanceleres tiveram de trabalhar em levantar os colchetes. Penso que isso foi muito positivo. Nesse sentido, como disseram vários, não era esperado esse cenário, e penso que alguns de nós estão voltando, pareceria ser, para quem vê de fora, estranho, isto é, os Vice-Ministros vêm, avançamos, e agora de repente pareceria que entramos novamente em uma confusão.

Acredito que estas diretivas que os Vice-Ministros nos deixam são muito claras, primeiro avançar, já foi dito pelo Presidente Olima nesse dia, a idéia não é enterrar a ALADI, é colocá-la para frente.

O ponto que creio que hoje em dia temos que resolver, entre todos, é qual será a metodologia de trabalho. Em parte, um questionamento e um dos temas que menos se tratou esse dia é o tema das reservas, e está claro que quando citarmos os Ministros não podemos levar textos com reservas ou colchetes, e isso temos que resolver.

A flexibilidade pode ser dada no texto, no caso pontual, a Bolívia pede reservas a tudo porque não tinha instruções nesse dia, esperamos que cheguem essas instruções e saberemos claramente se, em algum texto pontual, gostaria de modificar algo ou não para tirar toda a reserva da Bolívia. Esperaríamos o mesmo da Venezuela, em relação aos dois textos em que há reserva. Seria muito útil, e aí se expressa a flexibilidade, saber o que quereríamos modificar dentro do texto.

Todos entendemos, e sabemos das negociações, que há países que hoje estão ou não -tema pontual serviços- aptos para negociá-lo, então negociemos esse projeto de Resolução, se não estamos levando a cabo a negociação de serviços. Podemos negociar o texto do projeto de Resolução, até que ponto que ambição tem ou não, aí podemos reconhecer as diferentes velocidades, os tempos, fala-se inclusive de cooperação, não necessariamente todos os países vão chegar a um acordo regional de serviços, e isso é o que temos que resolver neste ponto de equilíbrios. Essa é a tarefa que temos que tomar aqui no Comitê e depois resolver o outro, se a Conferência é antes ou depois da Reunião de Ministros.

Penso ser um tema que temos que refletir um pouco mais. O Chile era da opinião que, isso já foi apresentado antes da Reunião de Vice-Ministros, claramente a Conferência tinha que ser antes da Reunião de Ministros, nitidamente, porque havia muitos temas a serem tratados ainda. Hoje já temos substância, os temas estão na *parrilla* para levar aos Ministros. Talvez esta Conferência possa ser mais restrita hoje -que também é um texto que

está com reservas- e para não imobilizar a ALADI neste tempo, talvez, para abri-lo, poderia ser mais lógico hoje, tendo claras as Resoluções, citar os Ministros, mas sem nenhum colchete, sem nenhuma reserva sobre esses textos. Resolver estas duas Resoluções vinculadas à Conferência de Avaliação e Convergência, demarcá-la e também tirar a reserva. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, tenho anotados o Paraguai, a Argentina, o Uruguai, a Venezuela e o Brasil. Eu pediria, depois disso, por favor, um *break* de intervenções para poder fazer um ordenamento de tudo isto, porque há 17 propostas diferentes e, se não pararmos de falar, será impossível ordená-las. Reitero, Paraguai, Argentina, Uruguai, Venezuela, Brasil, e fechamos transitoriamente a lista de oradores. Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Obrigado, Presidente. Creio que temos uma indicação política de nossos Vice-Ministros sobre os projetos de Resolução. Temos, penso, cinco projetos aprovados politicamente, que o Comitê tem somente que formalizar. Creio que não temos que começar aqui uma nova discussão sobre nada, nem sequer sobre serviços, porque o tema serviços tem uma reserva da Bolívia, e o tema de Diretivas tem uma reserva, acho, da Venezuela.

Lamentavelmente, neste Comitê e na Associação não existe a regra do consenso, todos não temos que estar de acordo para resolver algo, temos um sistema de votação. O desejável é ter o consenso, que os doze fiquem de acordo em um texto, mas se não é possível, o Tratado nos permite a geometria variável, a geografia variável, como quiserem chamá-lo, mas podemos fazer acordos por grupos de países ou por pares de países.

Nesse sentido, podemos trabalhar validamente, respeitando a posição da Bolívia e da Venezuela, e, nesses dois temas, serviços e diretrizes, tentar encontrar um consenso. Se não temos consenso, penso que há suficiente maioria para elevar ao Conselho esses dois projetos, junto com os cinco que já foram aprovados no âmbito de Vice-Ministros.

Também não temos um pré-acordo nem um acordo entre nós de que isto faz parte de um conjunto indissolúvel. Temos que elevar aqueles nos quais temos maioria, ou consenso, no melhor dos casos, ao Conselho. Penso que estamos em uma discussão filosófica profunda que não vai nos levar a muito, temos que chegar a coisas práticas, temos um pacote, apesar de não ser uma boa palavra, temos um conjunto de Resoluções que validamente podem ser elevadas. Façamos o esforço para que estes dois que restam possam também ter a maioria necessária ou o consenso necessário para serem elevados.

No que diz respeito à proposta manifestada pelo Peru, de se vem antes a Conferência ou o Conselho, minha Delegação pensa ser necessário que o Conselho se reúna extraordinariamente, por quê? Porque há este conjunto de Resoluções, e entre elas uma ou duas diretrizes que vão dar ou enquadrar os trabalhos da Conferência, em função do que diz a Resolução 59 (XIII), isto é, trabalhar sobre o Espaço de Livre Comércio. Isto é, penso que primeiro teríamos que convocar o Conselho Extraordinário para que dê esse quadro de instruções à Conferência, e depois a Conferência. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Paraguai.

Antes de dar a palavra à Argentina, que é quem segue na lista, quero fazer um esclarecimento para que a confusão não continue. São sete os projetos de Resolução que foram aprovados e não cinco, refiro-me aos que foram consensuados, porque houve dois que não foram tratados porque não tinham observações de nenhuma natureza, digo isto para que fique registrado. Argentina.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado, Presidente.

Quero referir-me ao entendimento que a Representação Argentina tem do ponto no qual nos encontramos atualmente, que é o resultado de um processo que se iniciou, poderíamos dizer, na Décima Terceira Reunião do Conselho de Ministros com a aprovação da Resolução 59 (XIII), e também da 60 e da 61.

Em cumprimento dessas Resoluções, foi iniciado um processo de negociação sobre diferentes matérias, especialmente disciplinas referentes ao âmbito econômico e comercial, até um ponto no qual se chegou ao entendimento, compartilhado entre todas as Representações, que esse processo devia ser enriquecido com o tratamento de questões que se referem à dimensão social da integração. Isso fez com que se deixasse temporariamente o tratamento dos projetos que foram trabalhados durante vários meses, inclusive mais de um ano, e então se abordasse este outro aspecto da dimensão social com a intenção, a nosso ver, -sempre estou dizendo no entendimento da Representação Argentina-, de complementar este processo e enriquecê-lo.

O resultado disso são os projetos que hoje temos, vistos pelos Vice-Ministros. Alguns deles foram consensuados, para não dizer que foram aprovados, porque não corresponde à instância de Vice-Ministros formalmente aprovar projetos, mas foram consensuados alguns deles. Tomamos conhecimento das reservas que existem, e agora penso que temos um conjunto -para não falar da palavra pacote, que efetivamente tem conotações ou significado pejorativo ou negativo- a nosso ver temos um conjunto de projetos que é coerente e que reflete certa integralidade dos interesses dos países da Associação, pelo menos assim é como a Argentina o vê.

Também quero assinalar que estes projetos, tal como estão apresentados, são programáticos, isto é, de sua aprovação não vão derivar compromissos de aplicação direta para os países. Simplesmente são abertos processos de negociação em diferentes matérias para assim descê-las a terra com, se Deus quiser, instrumentos que sim sejam de aplicação aos países.

Nós estamos falando de iniciar processos de negociação, mandados programáticos, que, em última instância, em cada uma das matérias, os países aceitarão ou não segundo seus próprios interesses. Então, não estamos nesta instância julgando a vida ou a morte de ninguém. Por isso insisto que, sem falar da palavra pacote, a nosso ver, estamos com um conjunto coerente e integral que seria bom que fosse considerado nesse sentido e aprovado, para que nossa Associação possa seguir adiante com seus trabalhos.

No formal, também quero me referir à questão de qual reunião vem primeiro. Estamos trabalhando, e os senhores podem ver nos projetos, com os dizeres “Projeto de Resolução do Conselho de Ministros”, todos os projetos iniciam “O Conselho de Ministros...” ou seja, supõe, ou pelo menos estávamos trabalhando nesse sentido, que estes documentos, se o Comitê dá seu consenso, têm que ir a uma Reunião do Conselho de Ministros para serem aprovados. Entre esses projetos, encontram-se as diretrizes para que a Conferência de Avaliação e Convergência trabalhe, ou seja, que primeiro, se o Conselho dá o *ok*, reunir-se à Conferência de Avaliação e Convergência para trabalhar nesses lineamentos.

Em relação ao último artigo, o projeto do Equador fala de uma Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros para o ano que vem, segundo o entendíamos, mas podemos estar equivocados, era uma nova Reunião do Conselho de Ministros para analisar os resultados dessa Conferência de Avaliação e Convergência, e, eventualmente, adotar decisões sobre os mesmos. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Ofereço a palavra ao Uruguai.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidente.

Eu não era pessimista em relação à Reunião de Vice-Ministros, diferentemente do que parece ter sido a consideração geral, porque sinto que quanto mais próxima em uma reunião se está dos que tomam decisões, dos que mandam nestas coisas, mais possível é chegar a acordos, e isso uma vez mais se cumpriu. Nós tínhamos uma trava em determinados temas, mas ao elevar o nível de responsabilidade, foi possível chegar a um acordo político sobre nove projetos, que neste momento estão politicamente consensuados.

No entanto, a trava que nós tínhamos antes no conjunto de todos os projetos, agora foi transferida para dois, e estamos aqui envolvidos em uma discussão aparentemente tão intensa como a que antes tínhamos sobre o conjunto de todos os projetos.

Acredito que, na realidade, temos um só problema. Queria somente, antes de destacar qual é esse problema que sinto, trazer um elemento que esteve em consideração aqui: o pacote ou o equilíbrio necessário, e somente menciono que não é nada estranho nas negociações internacionais o fato de que se pretenda um equilíbrio entre o conjunto de todas as coisas que estão sendo conversadas, de fato, em Doha, fracassou-se porque não havia acordo em dois dos vinte pontos que estavam sendo considerados. Quer dizer que o equilíbrio é uma coisa que, normalmente, nas negociações internacionais, está presente, e creio que todos conhecemos.

Por outro lado, lembro que nos três anos de discussões sobre os projetos esse foi um tema que esteve permanentemente sobre a Mesa. Lembro de enfáticas intervenções de diferentes Representações, neste momento lembro de intervenções da Argentina em particular, destacando que se tratava de um conjunto de projetos que estávamos considerando em sua totalidade para efeitos de elevá-los ao Conselho de Ministros e que se não ficássemos de acordo na totalidade dos projetos era muito difícil progredir. Parece-me que não contribuímos para o progresso da discussão, nem ao clima da discussão, não quero usar a palavra ridicularizando, parece-me injusta, mas digamos pondo em maus termos o que se destaca que o equilíbrio é importante em uma negociação.

Agora, quero me referir concretamente sobre onde eu vejo problemas. Vejo que são diferentes os projetos, o caráter dos projetos é diferente, o que quero dizer com isto? Quero dizer que há uma quantidade de projetos nos quais é possível haver avanços não gerais, isto é, avanços que não sejam consensuados em sua totalidade, e que abram caminho para avanços parciais.

No conjunto dos projetos, tanto os que estão consensuados como o de serviços que ainda não está consensuado e tem uma reserva, é possível que avancemos em termos parciais, isto é, ainda quando não tenhamos um consenso total, pode-se conseguir que sejam aprovados e que deles participem aqueles que querem, então isso não é um problema. Onde está o problema? O problema está na Resolução sobre as Diretrizes para a Conferência de Avaliação e Convergência. Por quê? Porque esta negociação começou com um projeto do Grupo de Trabalho sobre Acesso a Mercados, que era especificamente sobre acesso a mercados, como foi impossível chegar a um acordo sobre resoluções de acesso a mercados e sobre metas, especificamente, e a convergência dos diferentes acordos e a forma que eventualmente podia tomar essa convergência, então se tomou o caminho de dar diretrizes à Conferência de Avaliação e Convergência para que discutisse temas, entre os quais estavam aqueles que levassem em consideração e discutissem a

convergência, e aquelas que indicassem à Conferência de Avaliação e Convergência o estabelecimento de metas e prazos para chegar à liberação do comércio.

Então, aqui não é um problema da possibilidade de adesão parcial, ou que os países possam se colocar de acordo os que quiserem, ou os que não quiserem fiquem de fora, porque estamos dando diretrizes à Conferência para que se pronuncie sobre determinados temas, e se não se não for incluída a totalidade desses temas, a riqueza, o que se havia consensuado, as concessões que se haviam feito, deixando de lado um projeto sobre acesso a mercados para que fosse nada mais que diretrizes para que, pelo menos, pudessem ser discutidos temas de acesso a mercados, isso não pode ser “parcializado”, ou damos essa diretriz à Conferência de Avaliação ou Convergência ou não damos.

A Representação do Uruguai entende que empobreceria muito a discussão da Conferência de Avaliação e Convergência se deixássemos de lado essas coisas, então o problema que vejo, porque sim penso que a Bolívia trará suas considerações e que será possível chegar a um acordo com base nessas considerações, creio que o problema que temos é conseguir estabelecer diretrizes para a Conferência de Avaliação e Convergência que efetivamente satisfaçam a todos nós.

Esse é o principal problema que vamos ter para negociar, para discutir daqui à reunião do Conselho de Ministros. Penso que, necessariamente, ela deve ser prévia à reunião da Conferência de Avaliação e Convergência, porque é a que dará as diretrizes. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Uruguai. Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Queria fazer referência a alguns assuntos que foram discutidos aqui, mas, como disseram alguns Representantes, creio que com as atas vamos ter mais elementos, mas, em todo caso, queria manifestar o seguinte; creio que se nós vemos o que se avançou nesta Reunião, vamos ver que de oito projetos de Resolução, se bem me lembro, somente um refere-se à dimensão social, os restantes são referentes aos aspectos comercial-econômicos.

A maioria das Representações em suas intervenções colocou enfatizou que a ALADI tinha que ter um regime geral de origem. Bem, aí se avançou. Também tinha que ter um regime geral de salvaguardas, aí também se avançou, no tema do regime regional de solução de controvérsias, que nós sempre estamos indo à OMC, etc., bem essas são as conquistas. Para nós, são conquistas bem significativas, bem importantes que estão em consonância com a insistência da maioria das Representações, esses são instrumentos que esta Instituição teria que até agora não os tem.

Então esses são os avanços bem importantes e –ao menos essa é a visão que nós temos - nunca condicionar isto à aprovação de acesso a mercados, porque se não for aprovado, então isto não tem sentido. Se assim o fosse, então que sentido tinha fazer esses projetos? Teríamos feito somente um. Se nós trabalhamos nisto é porque consideramos que a ALADI pode ter um regime em origem, etc. Acho que ali há uma disposição dos doze países para avançar, e no caso da Bolívia temos que esperar as posições oficiais, mas ao menos na discussão que nós fizemos no Comitê, a Bolívia não havia manifestado que ia obstruir nenhum dos projetos, tem suas observações como cada um dos Representantes teve.

Essa é uma visão que nós temos, que também está em correspondência com o Tratado de Montevidéu. Revisemos: no artigo 6 do Tratado, no artigo 7, no artigo 3. A nossa posição é respeitar esses artigos, o 3 fala dos princípios, o 6 fala dos Acordos de Alcance Regional e o artigo 7, que também está bem desagregado, fala dos Acordos de Alcance Parcial, e nós não poderíamos chegar a afirmar aqui que porque não se conseguiu o artigo 6, o artigo 7 não tem sentido, porque então estamos colocando em questão o Tratado de Montevidéu. Que sentido tem o Tratado de Montevidéu se nós dizemos que não é possível que, nestes temas, possamos avançar regionalmente em uns, mas em outros não fazê-los em termos regionais e sim parciais?

Para nós é possível porque é manifestado pelo Tratado de Montevidéu e, também, como consta a muitos Representantes aqui, inclusive Régis, nós estamos em plena disposição para fazer esforços, por exemplo com o projeto das diretrizes para a Conferência de Avaliação e Convergência. Inclusive, eu fiz propostas concretas à Delegação do Brasil para ver como podemos conversar sobre estes temas, incluindo o de Serviços na Venezuela, por exemplo, fazendo esforços, porque se, ao final, conseguimos que todos os projetos sejam acordados aqui, por todas as Delegações, bem-vindo seja. Para isso devemos marchar todos, mas nós não podemos fechar as portas a que se isso não for possível, não avançamos em nada, porque, então, qual sentido tem a ALADI? Aí sim teria então que ser proposto seriamente qual o sentido da ALADI, porque ou a ALADI deve ser reformada ou definitivamente deve ser respeitado o estabelecido em sua normativa.

Quero dizer-lhes que nós temos plena disposição para avançar em tudo, mas não podem nos impor à força “o tudo ou nada”, porque quando a Venezuela diz que pode alcançar 90% dos acordos, mas talvez 10% não, e se os outros conseguirem podem avançar, não pode acontecer que alguma Representação diga “é 100% ou em nada”. Penso que são duas concepções absolutamente diferentes.

Finalmente, queria agradecer ao Subsecretário Quina pela resposta dada junto à inquietude que apresentei e quero que se entenda que esta inquietude foi manifestada pelo espírito de colaboração. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Venezuela. Brasil, tem certeza que quer fazer uso da palavra? Ofereço a palavra ao Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente. Somente para falar um pouco da questão do equilíbrio, que é importante.

Acredito que ninguém aqui está tentando impor à força suas perspectivas a ninguém. Se alguém tivesse o interesse de impor à força, nós não estaríamos falando inclusive em dimensão social aqui, não teríamos concordado em incorporar à estrutura institucional da Secretaria, como os Vice-Ministros o fizeram. Houve uma concordância a esse respeito, não houve aprovação, mas houve certa concordância sobre a incorporação da dimensão social na estrutura institucional da Secretaria. Não teríamos aceitado a idéia de ter um Fundo para os PMDERs, isso foi discutido no Comitê antes da Reunião do último Conselho. Não teríamos estado de acordo em convocar uma reunião dos Ministros de Desenvolvimento Social ao princípio do próximo ano. Não teríamos, de uma maneira geral, aceitado a idéia, inclusive, de criar um pilar social na ALADI, se fosse assim. Não é uma questão de contar os projetos de Resolução, dois para os senhores e oito para nós. Não é isso, o equilíbrio não é isso. Penso que isso tem que ficar claro.

Não teríamos concordado, como os Vice-Ministros o fizeram, em ter lineamentos para o pilar social, em criar um programa de ação, em ter um projeto programático na área de dimensão social, agora, o que não se pode é aprovar tudo isso em quatro meses, quando estivemos trabalhando quatro anos sobre um projeto programático no pilar econômico-comercial, e dizer que temos reserva. Não é justo que um país mantenha sua reserva sobre este projeto.

Não é justo que um país mantenha suas reservas sobre um projeto que é essencial para o pilar econômico-comercial. Esse é o equilíbrio, isso é o que estou tentando dizer em termos de equilíbrio, e quando digo que temos que avançar em tudo, é ter um equilíbrio em tudo.

Quando falamos das diretrizes em acesso a mercados, como disse muito bem o Embaixador do Uruguai, estamos falando da essência, do projeto programático, do plano de ação em termos do pilar econômico-comercial. Um país não pode manter uma reserva nisto e querer aprovar todo o projeto programático na dimensão social.

Fizemos muitas concessões, acredito, para o pilar social, porque nos pareceu que era de nosso interesse, mas temos que manter este equilíbrio. Essa é uma necessidade, não para o Brasil, é uma necessidade para a ALADI, isso é sagrado em qualquer negociação, o que foi dito muito bem pelo Embaixador do Uruguai. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Venezuela, antes de dar-lhe a palavra, que será concedida, quero dizer que, quando o senhor estava fora da Sala, eu assinali que havíamos fechado a lista de oradores para fazer um ordenamento, o que não significa que não será reaberta, mas ante sua solicitação concedo a palavra e rogo, por favor, que façamos um *break*, insisto, para poder ordenar esta sessão, porque do contrário se torna uma espécie de debate que não tem solução. Não estamos tomando nenhuma resolução sobre nada, então rogo, por favor, que imediatamente depois da intervenção da Venezuela terminemos o debate. Adiante, Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. De todas as maneiras, a dinâmica não é imposta por mim ou pelo senhor. O Embaixador do Brasil fez algumas alusões que me incitam, posso pôr entre aspas ou sem aspas, a dizer algumas coisinhas.

Quero ser claro nisto, veja, eu me pergunto: quem diz que não é justo que um país mantenha suas reservas? Os Estados Unidos antes utilizavam, -e continuam fazendo-, a força para impor aos outros países seu critério, mas quem pode estar dizendo isso à Venezuela hoje? Isso podia ser antes, mas hoje não. Isso se acabou.

Ninguém pode, isso tem que ficar claro, dizer à Venezuela que isso não é justo. Quem diz que não é justo? Quem qualifica que a nossa posição não é justa? Para nós é nossa posição e deve ser respeitada, como nós respeitamos as outras. Nós não desrespeitamos aqui, nós não dissemos, por exemplo, quais países podem manter a chantagem para que aprovelem uma coisa, eu não utilizo essas expressões, então eu exijo respeito.

Nós temos nossa reserva, e essa é uma posição da Venezuela. Problema de quem não acredite ser justa. Mas a Venezuela mantém sua posição e não aceita que se diga que é justa, injusta, ou nada, porque a Venezuela também é incapaz de estar dizendo que, por exemplo, hoje em dia, na realidade da América Latina, do Caribe, da América Central e do México, - fizeram a observação na vez passada que eu mencionei todos menos o México e tinham razão-, hoje em dia aquele que não admita que o social é parte da integração

simplesmente está de costas para a realidade, não porque alguém o disse, mas sim porque a realidade fala por si só, e os povos da América Latina e do Caribe cada vez estão se pronunciando mais em relação a essa realidade. Vejam que eu não digo se isso é justo ou injusto, não qualifico, são posições que respeito, não as compartilho, o que é outra coisa. Agora, não aceitamos, e termino, senhor Presidente, que nos digam que nossa posição não é justa. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, perdão, eu gostaria, insisto uma vez mais, que puséssemos ponto final, não final, mas que façamos um *break* nesta discussão para poder ordená-la, se continuam pedindo a palavra isto vira uma tarefa impossível. Então peço, uma vez mais, é certo que há a questão da dinâmica, mas também é certo que o Presidente tem a obrigação de ordenar o debate, então peço às Representações que levem em consideração o que acabo de dizer. Frente a isto, Cuba insiste em tomar a palavra?

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Presidente, posso esperar que o senhor ordene, e depois continuaria.

PRESIDENTE. Pediria isso, por favor. Brasil?

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). É que a Venezuela me incita também, o que eu posso fazer? Somente uma palavrinha.

PRESIDENTE. Representante do Brasil, entendo que os senhores se incitam reciprocamente, mas peço aos dois que pensem que além dos senhores dois há mais dez Representações. Adiante, Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Peço perdão, Presidente, mas deveria dizer uma coisa. Eu digo que é injusto, e volto a dizer que é injusto, que a Venezuela mantenha a reserva sobre um projeto que é essencial para o pilar econômico-comercial, quando todos os países fizeram ou aceitaram a idéia de incorporar a questão da dimensão social e estão trabalhando construtivamente sobre isso. Ou seja, aceitamos e estamos de acordo em trabalhar sobre a dimensão social, agora não se pode bloquear todo o trabalho no pilar econômico-social por uma reserva de somente um país, isso não é justo, volto a dizê-lo, e não é equilibrado. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Antes de dar a palavra ao Equador, verei no Regulamento se estou apto a ordenar o debate ou não, porque se não posso, deixo esse lugar, francamente. Fazemos um *break* de cinco minutos, por favor.

- Interrompe-se a sessão por 5 minutos.

Muito obrigado, eu queria assinalar que, de acordo com as disposições do artigo Oitavo do Regulamento, "Corresponde ao Presidente: Dirigir os debates e submeter à consideração os assuntos, conforme estiverem inscritos nos debates do dia", também indica: "Decidir as questões de ordem conforme o disposto no artigo 23". Entre essas questões de ordem, eu quero pedir, como questão de ordem, que fechemos a lista de oradores transitoriamente por dez minutos, até ter o debate ordenado. Se isto for aprovado em geral, não necessitamos votação, caso contrário, será submetido à votação.

Proponho, como moção de ordem, fechar a lista de oradores por dez minutos.

Se não há oposição, fechamos a lista e vamos ordenar um pouco esta sessão. Agradeço a cooperação.

- Interrompe-se a sessão por 10 minutos.

PRESIDENTE. Foram apresentados, ao longo das exposições, diferentes temas, alguns dos quais me parecem que são fáceis de ordenar, a fim de que vamos esclarecendo o caminho.

Um deles foi apresentado pelo Peru, que é o tema sobre a ordem em que se faria a reunião do Conselho de Ministros ou da Conferência de Avaliação e Convergência.

Acredito que, do debate produzido e da ordem estabelecida, está claro que a Reunião do Conselho de Ministros é prévia à Reunião da Conferência de Avaliação e Convergência, porque as próprias Resoluções indicam isso.

Havendo acordo sobre isto, tiramos este ponto da agenda. Estamos de acordo em que primeiro é a Reunião do Conselho de Ministros e *a posteriori* a Conferência? Bem, tiramos este tema da agenda.

Um segundo ponto considerado é que temos que aprovar “formalmente”, dar formalidade à aprovação das Resoluções que foram consideradas pela Reunião de Vice-Ministros.

Nisto, sejamos realistas, todos nós dependemos das autoridades que estiveram reunidas aqui, que são as segundas autoridades das Chancelarias, em conseqüência disso, nossa aprovação é de caráter formal, porque o que foi aprovado por eles não pode ser desaprovado por nós, mesmo que não exista a instância jurídica institucional do Conselho de Vice-Ministros.

Em conseqüência disso, creio que também temos que deixar este tema fora de discussão. A aprovação é simplesmente um trâmite formal no momento em que considerarmos oportuno. Com isto, creio que podemos tirar este segundo ponto da agenda, se estivermos todos de acordo nisto. Perfeito, maravilhoso, tiramos o segundo.

Agora o famoso tema do conjunto de Resoluções ou do não conjunto. Pediria aos Embaixadores que tivessem a gentileza de escutar as exposições dos demais Representantes, porque asseguro que são bastante esclarecedoras. Se não as escutarem, então cada um diz o que quer e continuaremos sem escutar.

O Embaixador do Uruguai, Representante do Uruguai, apresentou claramente em que consiste o problema. Há uma Resolução na qual a existência de reservas complica o panorama, porque não permite um acordo de alcance parcial. Um tema é o tema de serviços, onde é certo que é possível um acordo de alcance parcial, e outro tema as diretrizes para a Conferência, porque se não tivermos consenso sobre isso, temos duas alternativas: ou submetemos à votação o tema, ou não há Reunião de Conferência de Avaliação e Convergência. Mas este problema também tem saída, porque o Embaixador da Venezuela assinalou, claríssima e nitidamente, que tem vontade de negociar este ponto.

Em conseqüência disso, em vez de continuar um debate inútil, peço que deixemos transitoriamente isto de fora e analisemos o tema em outra sessão, para ver se podemos chegar a um ponto que permita à Venezuela, que tem todo o direito de apresentar a reserva que quiser, levantá-la neste ponto concreto.

Se estivermos de acordo com este procedimento, também deixamos de lado transitoriamente o tema. Parece oportuno? Maravilhoso, então deixamos de lado este tema

até que haja uma instância de negociação com a Representação da Venezuela para ver se podemos levantar esta reserva.

Está claro que o que acontece é que, no caso da Bolívia, suas reservas são abrangentes, porque não tem instruções. Então, em seu momento, a Bolívia comunicará seus pontos de vista, e aí veremos como o tema evolui, isso está totalmente claro.

Se for assim, temos que abrir uma instância de negociação para poder concordar o tema com os demais. O problema que tivemos nestas últimas duas horas e meia parece estar ordenado.

Se for assim, então voltamos a abrir a lista de debate para falar de temas diferentes dos que já consideramos. Não vamos falar mais de justiça, injustiça, de corresponder ou não corresponder, vamos tentar ser operativos com o que corresponde que esta sessão trate. Tem primeiro a palavra a Representação de Cuba. Obrigado.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente.

Minha Representação quer, nesta reunião, porque considera totalmente relevante, expressar sua profunda preocupação pela manifestação, pela idéia que pode começar a nascer hoje, conhecendo as formulações que às vezes são geradas nas discussões. Nós expressamos profunda preocupação pela distinção que possa ser feita entre países que possam apoiar a dimensão social da integração e países que possam não aprová-la, ou não apoiá-la, de acordo com o que escutamos recentemente.

Nós não vamos fazer juízo de valor com relação às técnicas de negociação, mas sim estamos observando com muitíssima preocupação que o fortalecimento, seguindo o que até hoje está sendo discutido, de um chamado feito pela Associação desde seus inícios, mas que também está sendo feito por todos nossos povos, e reconhecendo absolutamente todos nossos Presidentes, em nossa Associação, vamos observar bem de perto, constitua um motivo de divisão entre os países-membros da ALADI. (sic)

Entendemos que a dimensão social da integração é uma aspiração de todos os membros e que também, nesse mesmo sentido, é uma responsabilidade de todos os membros, e não pode e nem deve ser atribuída a um só deles por ter sido, circunstancialmente, quem coordenou, trabalhou ou esteve mais ou menos no centro do tema.

Espero que a Mesa tenha entendido nossa preocupação, e reitero que vamos continuar observando este tema porque nos causa muitíssima preocupação, e pode ser muito perigoso para a Associação no futuro. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Cuba. A Representação do Equador tem a palavra.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Não farei nenhuma reflexão, como fez Cuba, suspendo-a para respeitar o que o senhor disse de forma extraordinariamente rápida, e que foi aprovada: não se toca no tema. Mas vou insistir sobre algo que considere, e que o senhor não colocou à consideração, que é a proposta de suspender a reunião, porque, do contrário, continuaremos tocando no tema, indiretamente, porque não há forma de separar os temas. Na intervenção de Cuba, sem querer, sem que fosse sua intenção, indiretamente tocou-se no tema, e se eu não posso separar o comercial, o filosófico com o social, é impossível para mim.

Então, para não fazer isso, eu proponho, e que seja posto à consideração, que se suspenda esta reunião até termos os elementos de juízo para tratá-lo, e isso implica ter as Atas, e isso implica que tenha um tempo para que se pense sobre isso e se converse com os outros países, com a Chancelaria, etc.

Caso contrário, se esta reunião continuar, eu vou intervir, refletindo como vejo a situação, e não podem proibir-me de fazê-lo. Tenho sérias observações sobre algumas considerações, e eu também tenho o direito de insistir, isso quero dizer, e que ponha à consideração a suspensão desta reunião.

PRESIDENTE. Obrigado, Equador. Antes de pôr à consideração o que acaba de propor, ou o que acaba de reiterar - para sermos justos-, à Representação do Equador quero informar que estamos em condições, e vamos distribuir neste momento, a versão preliminar do Relatório Final da Reunião de Vice-Ministros, e também quero assinalar o que a Ata da Reunião de 11 de março de 2008 do Conselho de Ministros estabelecia sobre o tema que nos preocupa, que não tem nada a ver com esta discussão de fundo, tem a ver somente em que caráter vão os documentos à Conferência de Avaliação e Convergência.

Então, na página 52 da Ata da Reunião de 11 de março, que todos os senhores têm e já foi distribuída, o Chanceler do Brasil diz, “vejamos se nossa colega da Venezuela pode aceitar algo assim...”, faz uma proposta, “que é mais fraca do que a senhora propôs, mas estamos aqui tentando obter um consenso.” “Porque de forma nenhuma podemos aprovar uma e não a outra, porque é muito importante para muitos outros países...”, simplesmente o que diz é, “Então, a proposta que faço, baseada na sugestão do Ministro de Cuba, seria algo assim, -não é o ideal...” mas é uma solução, “Resolve: enviar como insumos os dois documentos anexos para a Conferência, ok? Isso com a redação melhorada que a Secretaria encontre.”

E, na Reunião de Vice-Ministros, foi feita referência a esta Ata dizendo que se mantinha o que se havia acordado aqui, ou seja, que os dois documentos vão como insumos à Conferência de Avaliação e Convergência. Esclarecido este tema também, agora ponho à consideração, antes de dar a palavra, a proposta do Embaixador do Equador que levantemos aqui a Sessão.

O silêncio é aprovação? O silêncio não é aprovação? Vamos tomar a decisão por maioria? Vamos votar?

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Senhor Presidente, uma palavra de ordem. Sobre a questão da ata, creio que devo esclarecer isso, eu teria um comentário a fazer sobre isso, uma observação, houve um equívoco de parte do Secretário-Geral ao levantar este ponto. Tenho que esclarecê-lo aqui.

PRESIDENTE. Se me permite, Brasil, vou lhe dar a palavra, mas previamente o Equador havia me pedido a palavra, então dou a palavra ao Equador, e depois ao senhor e veremos como continua o filme.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Um ponto de ordem, Presidente.

PRESIDENTE. Adiante, Venezuela, ponto de ordem.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Há uma proposta feita pelo Embaixador.

PRESIDENTE. E por isso submeto à votação.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Vote.

PRESIDENTE. Perdão, Venezuela, o que quero dizer é o seguinte: a realidade, se me permitem tentar ordenar uma vez mais isto, é certo o que assinala o Embaixador do Brasil no sentido de que a Secretaria-Geral, quando fez a referência, equivocou-se e disse uma coisa diferente do que dizia a Ata. Então o Brasil quer esclarecer isso, e não podemos negar o direito ao Brasil.

Agora, junto com isso, o Embaixador do Equador, que previamente havia proposto que encerrássemos a sessão, pede-me para fazer uso da palavra, então, diga-me, estimado amigo, como faço para resolver um conflito desta natureza se não conto com a boa vontade dos participantes.

A partir disto, digo que, ou contamos com a boa vontade dos participantes ou continuamos com isso, eu não tenho inconveniente em que continuemos.

Claramente houve um erro, já foi esclarecido, acabo de esclarecê-lo com a leitura da Ata, acabo de dizer que o Secretário se equivocou, mas bem...Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Eu quero dizer, Presidente, que o erro faz o senhor ao trazer novamente o tema, se o senhor propôs que não fosse discutido. Por mais que se tenha repartido a Ata, isso não o obrigada a abrir o tema, porque, indiretamente, o senhor o está abrindo, e por isso é que insisti, e deveríamos votar se continuamos ou não no tema. O erro foi esse, não que se entregue a Ata, mas sim que o senhor leia e comece a considerar elementos que obriga, com todo seu direito, o Representante do Brasil ou qualquer um, se tocamos no tema já está se abrindo a discussão.

O senhor, sem querer, sem sua intenção, está fazendo o contrário do que desejou. O senhor não deveria ter lido nenhuma parte da Ata, isso teria sido correto se fosse aprovado que continuássemos a discussão. Nada mais é a minha intervenção, então quero que se ponha em consideração se se suspende ou não isto, porque se não se suspende então continua o debate sobre o mesmo tema, e teria que dar-me a palavra.

PRESIDENTE. Perdão, Equador, primeiro para que fique claro, retiro tudo o que disse.

Segundo, aqui não estávamos discutindo o tema das Atas, isso é um tema diferente do que está em discussão, que é se é um pacote, é um conjunto ou não é um conjunto, se é um *single undertaking*, usando uma expressão britânica ou o que é, isso é o que estava em discussão, e não o conteúdo das Atas. Finalmente, darei a palavra um instante ao Embaixador do Brasil e depois pomos à votação.

Delegação do BRASIL (Regis Percys Arslanian). Obrigado, Presidente.

Perdoem-me, eu não queria criar nenhuma polêmica em relação a isto, mas o Secretário-Geral leu uma parte da Ata e esqueceu, por equívoco, não completou o que se decidiu na Reunião do Conselho de Ministros que está em outro trecho da Ata e isso é importante para nosso futuro trabalho, se não tivermos claro em que *status* ficou.

Eu não quero entrar em uma discussão com o Secretário-Geral a respeito disto, talvez tivesse sido melhor que tivesse deixado o Comitê discutir essa questão, mas, de todas as maneiras, é importante para nosso trabalho futuro que tenhamos claro qual é o *status* em que ficaram os lineamentos que se discutiram aí sobre a proposta do Equador na Reunião do Conselho. Na página 62 da mesma Ata, e vou permitir-me ler, senhor Presidente, disse o próprio Ministro Celso

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Está sendo reaberta a discussão, no momento em que se analisa a Ata, dá direito de réplica ao outros.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian) Mas não é analisar, é ler, é reproduzir, talvez tivesse sido melhor não discutir sobre esta questão da Ata.

PRESIDENTE. Perdão, realmente, Equador, quero dizer o seguinte: entendo seu ponto de vista e sua filosofia, mas negar-nos a que leiamos 10 linhas de uma Ata que já está estabelecida, de uma Reunião feita há cinco meses, parece-me que não é reabrir nenhum debate, não se está emitindo opinião, se está lendo uma coisa que já aconteceu, que já passou e que está estabelecida nos papéis da Associação.

Uma vez que o Embaixador termine de ler o conteúdo da ata, imediatamente encerramos a sessão e não estamos abrindo nenhum debate. Peço, por favor, à Delegação do Brasil que simplesmente leia o conteúdo da ata, e ponhamos um ponto final nesta Reunião.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente. Na página 62, o próprio Ministro Celso Amorim, do Brasil, diz no terceiro ou quarto parágrafo, “Em uma segunda reflexão, meu Embaixador me diz que essa Conferência será uma Conferência de Embaixadores ou Subsecretários, não tem muito sentido que os Ministros mandem qualquer coisa como um insumo para uma reunião de Embaixadores, é melhor não ter nada, é melhor reconhecer...”.

Mais adiante o próprio Ministro Celso Amorim, do Brasil, “Estou falando com base no que estava previsto. Se agora querem mudar essa previsão, então já é outra coisa. Mas, ainda assim, eu me pergunto qual é o sentido de que os Ministros mandem insumos para si mesmos. Nenhum.” Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Podemos encerrar a sessão? Bem, muito obrigado.

5. Assuntos diversos

...Antes de terminar a sessão, por favor, queremos fazer uma consulta sobre outro tema, passarei a palavra ao Secretário-Geral.

Eu mandei a todas as Representações um e-mail explicando que víamos como conveniente marcar os dias de reunião do Comitê nas quartas-feiras, em vez de quinta-feira, e nesse e-mail indicou-se que, nesta reunião, estabeleceríamos qual seria o programa de reuniões para o futuro.

Eu quero saber se há alguma Representação que tenha objeção a que passemos a Reunião, pelos fundamentos assinalados, em alguns casos já recebi resposta positiva, mas gostaria de saber se há alguma Representação que tenha obstáculos para que as reuniões ordinárias do Comitê da ALADI sejam realizadas nas quartas-feiras.

Bem, então, a partir da próxima semana, começamos a Reunião do Comitê nas quartas-feiras em vez de quinta-feira. Digo isto especialmente pensando nas Embaixadas, que têm a responsabilidade bilateral também, para que tenham a possibilidade de conduzir sua agenda.

A Secretaria-Geral também queria fazer uso da palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Presidente, não quero que isso seja interpretado como retornar ao mesmo tema. É simplesmente que distribuimos, como o senhor indicou, a versão preliminar do Relatório da Reunião de Vice-Ministros. Não está previsto, na organização da Secretaria da Conferência, ter uma versão da sessão completa, não está previsto, no entanto temos a versão gravada. Se assim o Comitê de Representantes decidir, nós podemos fazer essa versão gravada, mas repito, como é uma reunião que não está prevista dentro de nossa organização, isso habitualmente não se faz. Mas a Secretaria, sem prejuízo disto, poderia transcrever completamente a sessão, e estará à disposição para tal tarefa, mas não está previsto, repito, que haja uma ata desta Reunião, portanto teria que haver um pedido expresso para que se preparasse a mesma.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretaria. Quero saber se sobre este ponto há alguma opinião neste momento ou o deixamos para depois. Eu pediria que deixássemos tudo para a próxima sessão. Bem, muito obrigado, encerramos a sessão.